
SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA CIVIL DE ALAGOAS

Agente / Escrivão



SIMULADO PADRÃO CEBRASPE
120 QUESTÕES (CERTO OU ERRADO)
TEMPO: 4H30



SimuladosBR
Simulando Seu Sucesso

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Língua Portuguesa

Texto CB2A1

A incorporação de novas tecnologias no setor público deixou de ser uma mera tendência para se tornar uma necessidade imperativa de modernização estatal. A inteligência artificial (IA) surge nesse cenário não apenas como uma ferramenta de automação, mas como um elemento transformador da própria atividade administrativa. Para o profissional do direito, compreender como os algoritmos interagem com os princípios constitucionais da administração pública é fundamental. Não se trata apenas de eficiência técnica, mas da preservação das garantias fundamentais do cidadão frente ao Estado digital.

Entre os princípios constitucionais, a eficiência é, sem dúvida, o maior motor para a adoção da IA na gestão pública. A capacidade de processar grandes volumes de dados, agilizar execuções fiscais, realizar triagens em processos licitatórios e otimizar o atendimento ao cidadão é inquestionável. A IA permite que a administração pública realize mais com menos recursos e atinja a finalidade pública com presteza e rendimento funcional.

No entanto, a busca pela eficiência não pode atropelar a segurança jurídica. A celeridade processual obtida por meio de robôs não deve suprimir o devido processo legal administrativo. Advogados que atuam nessa área devem estar atentos à natureza dos atos que estão sendo automatizados. Atos vinculados, que possuem requisitos objetivos definidos em lei, são candidatos ideais para a automação. Já os atos discricionários, que exigem juízo de valor e oportunidade, apresentam desafios complexos quando delegados a uma máquina.

A automação não retira do Estado a responsabilidade pela higidez do ato. Pelo contrário, ela exige um controle prévio muito mais rigoroso sobre os parâmetros de programação do software. O advogado moderno precisa entender que a defesa do administrado, muitas vezes, passará pela auditoria dos critérios utilizados pelo algoritmo para deferir ou indeferir um pleito.

<https://legale.com.br> (Internet) – Adaptado

Julgue os itens a seguir, relativos ao texto CB2A1, seus aspectos linguísticos e às ideias nele veiculadas.

01. Entende-se da leitura do terceiro parágrafo que, por dependerem menos de critérios objetivos definidos em

lei, os atos discricionários são os mais adequados para automação.

02. Quanto à tipologia, o texto classifica-se como predominantemente injuntivo, pois orienta o leitor acerca dos procedimentos necessários para a implementação da IA na administração pública.

03. Depreende-se da leitura do texto que a incorporação da IA no setor público elimina conflitos entre eficiência administrativa e garantias fundamentais do cidadão.

04. Entende-se das ideias estabelecidas no primeiro parágrafo que a atuação do profissional do direito baseada na IA ultrapassa aspectos operacionais, envolvendo também a proteção de direitos fundamentais.

05. No período "A celeridade processual obtida por meio de robôs não deve suprimir o devido processo legal administrativo." (terceiro parágrafo), o segmento "obtida por meio de robôs" restringe o sentido de "celeridade processual", especificando a forma por meio da qual ela é alcançada, sem alterar a relação de oposição estabelecida no período imediatamente anterior.

06. Os vocábulos "inteligência", "área" e "prévio" são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

07. Estariam mantidos a correção gramatical e os sentidos originais do texto caso o período "A inteligência artificial (IA) surge nesse cenário não apenas como uma ferramenta de automação, mas como um elemento transformador da própria atividade administrativa." (primeiro parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **A inteligência artificial (IA) surge nesse cenário não apenas como um elemento transformador da própria atividade administrativa, mas também como uma ferramenta de automação.**

08. Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se suprimissem as vírgulas empregadas no trecho "a eficiência é, sem dúvida, o maior motor para a adoção da IA na gestão pública" (segundo parágrafo).

09. No segundo período do primeiro parágrafo, os vocábulos "apenas" e "própria" classificam-se gramaticalmente como adjetivos.

10. Respeitando-se a ortografia oficial em vigor e a coerência das ideias do texto, a expressão "No entanto" (início do terceiro parágrafo) poderia ser substituída por **Não obstante**.

11. No trecho "A capacidade de processar grandes volumes de dados, agilizar execuções fiscais, realizar triagens em processos licitatórios e otimizar o atendimento ao cidadão é inquestionável" (segundo parágrafo), o emprego da forma verbal "é" na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância do verbo com o termo "capacidade".

12. No segundo parágrafo, o trecho "A IA permite que a administração pública realize mais com menos recursos e atinja a finalidade pública" poderia ser corretamente reescrito como **A IA permite à administração pública realizar mais com menos recursos e atingir a finalidade pública**.

13. Não haveria prejuízo da correção gramatical nem comprometimento da coerência das ideias do primeiro parágrafo caso o período "Para o profissional do direito, compreender como os algoritmos interagem com os princípios constitucionais da administração pública é fundamental." fosse reescrito da seguinte forma: **É fundamental para o profissional do direito a compreensão de como os algoritmos interagem com os princípios constitucionais da administração pública**.

14. No segmento "A automação não retira do Estado a responsabilidade pela higidez do ato" (último parágrafo), o vocábulo "higidez" é sinônimo de **celeridade**.

15. Das relações de sentido estabelecidas entre os dois primeiros períodos do último parágrafo conclui-se que o segmento "Pelo contrário" introduz uma inversão argumentativa que não apenas reforça a negativa, presente no primeiro período, de uma possível expectativa de a automação reduzir a responsabilidade do Estado, mas a intensifica.

Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética

No que se refere aos ambientes Windows/Linux e Microsoft Office, julgue os próximos itens.

16. O Linux é exemplo de software de código aberto que oferece portabilidade entre diferentes plataformas e que representa uma alternativa de baixo custo e alta

confiabilidade, em comparação a sistemas operacionais proprietários.

17. No Windows, a estrutura hierárquica de pastas permite o gerenciamento de permissões de acesso de forma independente para cada subpasta, inclusive dentro de um mesmo diretório.

18. O Windows permite a execução direta de qualquer arquivo com extensão .exe, independentemente da arquitetura do sistema operacional (32 bits ou 64 bits) e sem verificação adicional de segurança.

19. No Microsoft Word, as quebras de seção do tipo contínuo permitem a inserção de uma quebra de seção com o início da nova seção ainda na mesma página.

20. No Microsoft Word, é possível a criação de sumários automáticos a partir da correta aplicação de estilos.

21. No Excel, o símbolo de ponto de interrogação (?) pode ser utilizado caso se queira localizar apenas um caractere, enquanto o asterisco (*) pode ser utilizado caso se queira localizar um ou mais caracteres.

Julgue os próximos itens, relativos a programas de navegação, computação na nuvem e banco de dados.

22. O Google Chrome, o Mozilla Firefox e o Microsoft Edge, em suas versões mais recentes, oferecem modos de navegação que evitam o registro do histórico de sites visitados e cookies de sessão no dispositivo local.

23. A transferência direta de favoritos e de configurações entre o Microsoft Edge e o Google Chrome só é possível mediante a utilização de ferramentas de migração de terceiros, pois esses navegadores utilizam padrões proprietários para exportação e importação de dados.

24. Os dados de uma organização armazenados em nuvem pública podem ser visualizados por outras organizações, sem que estas, contudo, possam alterá-los.

25. Por não possuírem um formato predefinido, dados não estruturados são mais simples de manipular que dados estruturados.

Julgue os itens a seguir, relativos à segurança da informação.

26. São atributos básicos e fundamentais para a segurança da informação a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade.

27. A descentralização promovida pela tecnologia blockchain impede a aplicação de políticas de acesso e controle, já que todos os participantes da rede possuem os mesmos direitos sobre os dados.

28. Um dos princípios de uma VPN é garantir a privacidade do usuário, ocultando o endereço IP de seu computador e protegendo com criptografia as informações enviadas.

29. A política de mesa limpa e de tela limpa é medida essencial para a melhoria do controle de acesso lógico e físico em um ambiente corporativo seguro. Uma política alternativa seria a instalação de um sistema de single-sign-on no ambiente de sistemas de informações corporativo.

30. O Privileged Access Management (PAM) é uma solução de segurança de identidade que ajuda a proteger as organizações contra ameaças cibernéticas, monitorando, detectando e impedindo o acesso privilegiado não autorizado a recursos críticos.

Raciocínio Lógico-Matemático

Token, em inglês, significa ficha ou símbolo. Na área da tecnologia, o nome se refere a um dispositivo eletrônico ou sistema gerador de senhas bastante utilizado por bancos, os chamados códigos token. Considerando que um código token seja formado por seis dígitos escolhidos aleatoriamente entre os algarismos de 0 a 9 e que, nesse código, seja permitida a repetição de algarismos, julgue o item a seguir.

31. Há mais de 1,2 milhão de códigos token possíveis.

Julgue os itens que se seguem, considerando que 25 novos computadores tenham sido distribuídos pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão para três de suas delegacias.

32. Suponha que, do total de computadores nas três delegacias antes da referida distribuição, 25% estavam com defeito e 20% da parte restante estavam com hardware defasado, sem condições de uso. Nesse caso, antes da distribuição dos novos computadores, a quantidade de computadores em utilização nas três delegacias era inferior a 60% do total.

33. Se cada uma das delegacias recebeu uma quantidade de computadores diretamente proporcional às frações $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{5}$ e $\frac{3}{10}$, então a maior quantidade de computadores que uma delegacia recebeu foi igual a 9.

34. Considere que $x^2 + 9x + 14$, $15x + 30$ e $4x^2 + 15x + 12$ representam as quantidades de agentes nas três delegacias, as quais têm um efetivo total de 100 agentes. Nesse caso, a delegacia com a menor quantidade de efetivo tem menos de 25 agentes.

Com relação a progressão aritmética, julgue o item a seguir.

35. Em uma progressão aritmética em que o segundo termo é 21 e o quinto termo é 42, o 12º termo da sequência será 91.

Uma pesquisa foi conduzida para identificar o meio de transporte utilizado por empresas em operações de exportação de produtos, tendo sido entrevistados 900 empresários do ramo de exportação. A pesquisa revelou que, para o escoamento de seus produtos, o número de empresários que utilizam somente hidrovias é igual a um terço do número total de empresários que utilizam somente ferrovias. Além disso, verificou-se que 360 empresários utilizam tanto ferrovias quanto hidrovias, e que 100 empresários não utilizam nenhum desses dois meios de transporte.

A partir das informações fornecidas na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

36. O número de empresários entrevistados que utilizam hidrovias é inferior a 490.

37. O número de empresários entrevistados que utilizam somente ferrovias é superior a 350.

P: “Maria pagou e não assistiu.”

Q: “João assistiu sem pagar.”

No que concerne às proposições P e Q apresentadas anteriormente, julgue os itens seguintes.

38. A falsidade da proposição “Se P, então Q” permite que se infira corretamente que João não assistiu.

39. A tabela-verdade associada à proposição Q tem 8 linhas.

40. A negação da proposição Q pode ser expressa por “João não assistiu sem pagar.”

Noções de Direitos Humanos

A respeito dos direitos humanos, julgue os itens subsecutivos.

41. A terceira geração dos direitos humanos diz respeito aos direitos de titularidade coletiva, a exemplo da paz mundial e do meio ambiente equilibrado, consagrando o princípio da solidariedade.

42. Foi no período pós-Segunda Guerra Mundial que, pela primeira vez na história, foram positivados direitos humanos, em uma tentativa de reconstrução da sociedade marcada pelas atrocidades cometidas no regime nazista.

43. A preservação da memória histórica e a construção pública da verdade são uma das diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos.

44. Os tratados internacionais que versem sobre direitos humanos não se subordinam à autoridade normativa da Constituição Federal, dada a sua natureza supraconstitucional.

45. O Pacto de São José da Costa Rica proíbe interpretações que limitem o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados-partes.

Atualidades e Ética no Serviço Público

Julgue os itens a seguir, relativos à economia, ao Estado e à sociedade, e aos desafios advindos da intensificação do uso de tecnologias digitais.

46. O crescimento da Internet tem revelado a migração do debate público e de outros aspectos da vida cotidiana para as redes sociais, os aplicativos de comunicação e os sites, tendo como consequência o aumento do poder das empresas de tecnologia, com repercussões nas relações entre essas corporações econômicas, a sociedade e o Estado.

47. Os efeitos das mudanças climáticas nas terras indígenas podem ser observados por meio das estiagens prolongadas, que diminuem a vazão dos rios, e das queimadas e da alteração de ciclos de chuva, que comprometem a subsistência desses povos.

48. Dados os altos investimentos do Estado brasileiro em tecnologia da informação, sua estratégia digital prioriza alguns setores da economia em que a transformação digital deve ocorrer.

Acerca de aspectos relativos à ética e aos seus princípios, bem como ao Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

49. O campo de análise da ética é amplo e universal, não sendo voltado ao estudo do costume regional e de povos específicos a partir de visões segmentadas.

50. Em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo de Alagoas, deverá ser criada, através de Portaria do respectivo Secretário de Estado ou do dirigente máximo da entidade ou Poder, uma Comissão de Ética, integrada por 7 (sete) servidores públicos efetivos e respectivos suplentes, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética funcional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público estadual, competindo-lhe conhecer concretamente de atos susceptíveis de advertência ou censura ética.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Noções de Direito Penal

A respeito da aplicação da lei penal, julgue os seguintes itens.

51. A lei penal brasileira aplica-se a crime praticado no estrangeiro por brasileiro, ainda que o fato não seja punível no país em que tenha sido praticado, desde que o agente ingresse no território nacional.

52. A aplicação retroativa de lei penal mais benéfica constitui expressão do princípio da legalidade estrita, pois decorre de previsão constitucional e não depende de disposição expressa na norma infraconstitucional.

Acerca dos crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e contra a administração pública, julgue os itens subsequentes.

53. No caso do homicídio culposo, no qual não existe conduta dirigida ao resultado morte, exige-se, para a caracterização do tipo penal, a prova cabal da culpa, reputada imprudente, negligente ou imperita.

54. A prática de furto contra empresa prestadora de serviço de segurança privada é expressamente prevista no Código Penal como causa de aumento de pena por tal crime.

55. A bilateralidade é indispensável para a configuração do crime de corrupção ativa, ocorrendo, simultaneamente, com a prática de corrupção passiva.

Noções de Direito Processual Penal

No que se refere ao inquérito policial, julgue os itens seguintes.

56. O inquérito policial poderá ser iniciado mediante requerimento do ofendido, mesmo nos crimes de ação pública incondicionada.

57. A autoridade policial deve instaurar inquérito policial sempre que qualquer pessoa do povo comunicar, verbalmente ou por escrito, a ocorrência de uma infração penal, independentemente da natureza da ação penal ou da verificação da procedência das informações.

58. No curso do inquérito policial, os indiciados poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

59. O princípio da ampla defesa e do contraditório é amplamente aplicável ao inquérito policial, uma vez que este é procedimento meramente administrativo.

60. O delegado de polícia pode requisitar, sem necessidade de autorização judicial, dados e informações cadastrais de suspeito da prática de crime de extorsão mediante sequestro.

61. Na ação penal privada, concluído o inquérito policial, o delegado de polícia remeterá os autos ao juízo competente, independentemente de tramitação pelo órgão ministerial.

62. O arquivamento do inquérito policial por atipicidade da conduta faz coisa julgada formal, o que permite a reabertura de investigações pela autoridade policial em determinadas situações.

Acerca da prisão, julgue os itens subsequentes.

63. É vedada ao juiz, de ofício, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva sem a provocação do Ministério Público, do querelante ou mediante representação da autoridade policial.

64. Lavrado o auto de prisão em flagrante, caso o preso se recuse a assiná-lo, a autoridade policial deverá colher a assinatura de duas testemunhas que tenham ouvido a sua leitura na presença da pessoa presa.

Com base nas disposições da Lei n.º 9.099/1995 e em suas alterações posteriores, especialmente no que diz respeito aos atos processuais e ao termo circunstanciado de ocorrência no âmbito dos juizados especiais criminais, julgue o item a seguir.

65. O termo circunstanciado de ocorrência deve ser lavrado obrigatoriamente na delegacia de polícia, pela autoridade policial competente – o delegado de polícia –, sendo vedada sua elaboração no local dos fatos ou por outra autoridade pública.

Noções de Direito Constitucional

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

66. A CF, ao prever a liberdade de manifestação do pensamento como garantia fundamental, veda o anonimato.

67. A liberdade de expressão é um direito fundamental absoluto.

68. Em um processo criminal, ainda que observado o devido processo legal, a imposição de prisão ao réu antes da condenação criminal definitiva viola o princípio da dignidade humana.

Julgue os itens que se seguem, à luz das normas constitucionais sobre segurança pública.

69. No sistema de segurança pública constitucionalmente instituído, à Polícia Federal cabe o exercício das funções de polícia marítima, aeroportuária, rodoviária, judiciária da União e de fronteiras.

70. A segurança dos estabelecimentos prisionais é atribuição das polícias penais.

Noções de Direito Administrativo

No que tange o direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

71. As entidades da administração pública indireta gozam de autonomia plena, sem que haja vínculo de supervisão ou controle finalístico por parte de Ministérios de Estado sobre as atividades por elas desempenhadas.

72. Empresa pública é entidade com capital misto controlada pelo Estado.

73. A centralização administrativa é o mecanismo mais eficaz para garantir a observância de requisitos regulatórios complexos, pois permite que a cúpula organizacional mantenha o controle sobre interpretações técnicas, evitando passivos ou inconsistências legais para a organização como um todo.

74. Imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

75. A legislação brasileira não admite a delegação nem a avocação de competências administrativas, salvo

quando houver autorização judicial específica para o deslocamento do exercício da competência.

76. O poder disciplinar, embora permita a aplicação de sanções a servidores públicos que cometam infrações funcionais, prescinde da observância ao contraditório e à ampla defesa, quando a falta for leve e a penalidade aplicada for a advertência verbal.

77. A possibilidade de direito de regresso na responsabilidade civil do Estado depende da demonstração de dolo ou culpa do agente.

78. O controle administrativo interno é exercido no âmbito de cada um dos três Poderes, sobre os seus próprios atos e agentes.

79. Na contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, a ausência de competição substitui a necessidade de processo formalmente instruído e motivação quanto à escolha do contratado.

80. O abuso de poder pode ocorrer tanto na modalidade excesso de poder, quando o agente atua além de sua competência, quanto na modalidade desvio de poder, quando o agente pratica o ato, visando a uma finalidade diversa daquela prevista em lei.

Legislação Institucional do Estado de Alagoas

Sobre a Constituição do Estado de Alagoas, julgue o item a seguir.

81. O Poder Legislativo alagoano é exercido pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, que é composta de 32 deputados estaduais e é responsável pela elaboração de leis e de políticas estaduais.

Levando em consideração o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Alagoas, julgue os próximos itens.

82. A nomeação para cargos em comissão, de natureza eminentemente técnica, exige prévia especialização e diploma correspondente expedido por órgão de ensino oficial ou oficializado.

83. Os servidores policiais civis nomeados tomarão posse no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Estado.

À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, julgue os itens.

84. A nomeação é a forma originária de provimento dos cargos públicos.

85. Remoção é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médico-oficial.

Legislação Penal Especial

A respeito da legislação penal especial, julgue os itens que se seguem.

86. Equipara-se a crime hediondo o tráfico ilícito de drogas na forma privilegiada.

87. Se alguém pratica crime resultante de preconceito racial com intuito de descontração, diversão ou recreação, a sua pena será aumentada de um terço à metade.

88. O condenado por crime de tortura, bem como aquele que se houver omitido em face das condutas que o caracterizam quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

89. O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente e a reincidência em crimes de natureza ambiental são circunstâncias que agravam a pena.

90. Constitui crime de abuso de autoridade o ato de um agente público responsável por investigações antecipar, por mero capricho ou satisfação pessoal, via rede social, atribuição de culpa à pessoa investigada, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação.

91. Constitui crime previsto no Estatuto da Pessoa Idosa a conduta de profissional de saúde deixar de comunicar à autoridade competente casos de crimes contra pessoa idosa de que tiver conhecimento.

92. Em qualquer fase da persecução penal dos crimes previstos na Lei Antidrogas, admite-se, mediante autorização judicial e prévia oitiva do Ministério Público, a não atuação policial imediata sobre portadores de drogas ilícitas ou de insumos destinados à sua produção, com o objetivo de identificar e responsabilizar maior número de integrantes da cadeia

criminosa, sem óbice à futura responsabilização penal dos envolvidos.

93. O fato de o produto de infração praticada por organização criminosa destinar-se, mesmo que em parte, ao exterior é causa de aumento de pena.

94. Todos os crimes cometidos contra o sistema financeiro nacional que estiverem previstos na Lei n.º 7.492/1986 são de competência da justiça federal.

95. Constitui crime funcional contra a ordem tributária punível com detenção deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal relativa à prestação de serviço, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Noções de Contabilidade, Análise Financeira e Crimes contra a Ordem Tributária

No que se refere ao balancete de verificação contábil, julgue os itens a seguir.

96. O balancete de verificação, quer seja elaborado no início do período contábil, quer no encerramento do período, contera o conjunto de contas patrimoniais e de resultado utilizadas pela entidade ao longo do exercício social, seus saldos e suas movimentações.

97. Balancetes de verificação podem ser apresentados tanto no formato mais simples, apenas com duas colunas, quanto no mais completo, com seis colunas.

Relativamente aos conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade, julgue os itens seguintes.

98. O patrimônio líquido consiste das reivindicações contra a entidade que não atendem à definição de passivo.

99. A obrigatoriedade de divulgação de todas as transações de um ente contábil que tenham valor expressivo denomina-se relevância da informação contábil.

100. Confrontar receitas e despesas para apurar o resultado do período obtido pelas entidades é a finalidade precípua da contabilidade.

Sobre análise financeira, julgue os itens.

101. Uma etapa essencial para realização de uma análise financeira é definir quais serão os indicadores utilizados.

102. Realizar a análise financeira seja na vida pessoal ou na empresa é de extrema importância para manter a vida de forma mais organizada e saudável financeiramente

Acerca da lavagem de dinheiro, julgue o seguinte item.

103. Conforme previsto na Lei n.º 9.613/1998, a pena imposta pelo crime de lavagem de dinheiro poderá ser reduzida de um a dois terços, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos se o autor colaborar espontaneamente para localizar bens objeto do crime.

104. A implementação de um sistema automatizado de controle interno é suficiente para eliminar os riscos de lavagem de dinheiro em uma organização.

Em relação a aspectos relacionados à análise de movimentações bancárias no contexto pericial-contábil, identificação de padrões e prevenção de ilícitos financeiros, julgue o seguinte item.

105. O smurfing é uma técnica utilizada para disfarçar operações maiores por meio de múltiplas transações de pequeno valor.

Estatística e Análise de Dados

Com base nos conceitos de probabilidade e de técnicas de amostragem, julgue os itens seguintes.

106. Considerando que a probabilidade de um investigador de crimes desvendar um delito seja igual a $\frac{2}{3}$ e que, nas duas últimas investigações, ele tenha conseguido desvendar ambos os delitos relacionados a essas investigações, é correto afirmar que a probabilidade de ele não desvendar o próximo delito será igual a 1.

107. Considere que, em determinada rodovia, policiais em uma barreira selecionem veículos de forma aleatória. Considere, ainda, que os veículos selecionados sejam parados e todos os ocupantes adultos sejam questionados acerca de determinado assunto. Suponha, por fim, que, após essa ação, os policiais registrem o total de 120 pessoas questionadas em 80 veículos. Nessa situação hipotética, a amostragem será do tipo aleatória simples com tamanho amostral de 120 pessoas.

Supondo que o número de documentos com erros processuais em uma amostra aleatória de 1.000 documentos seja uma variável aleatória binomial,

denotada por X , com parâmetros $n = 1.000$ e probabilidade de sucesso 0,01, julgue os itens a seguir.

108. Cada elemento que constitui essa amostra aleatória de documentos pode ser descrito por uma distribuição de Bernoulli cuja média é igual a 0,01.

109. A variância de X é igual ou inferior a 10.

Uma reportagem veiculada em um jornal local tratou de valores cobrados por profissionais autônomos para a elaboração de projetos arquitetônicos de pequenas residências térreas, em um município do interior de Minas Gerais. De acordo com o levantamento estatístico que inspirou a reportagem, 55% dos profissionais cobram o valor mínimo de R\$ 2 mil por esse tipo de projeto. O projeto mais caro encontrado no levantamento custou R\$ 10 mil, embora o preço médio praticado pelos 100 profissionais entrevistados tenha sido igual a R\$ 3 mil.

Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

110. O valor de R\$ 2 mil representa a moda da distribuição dos preços cobrados.

111. Se o valor referente ao projeto mais caro encontrado nesse levantamento for excluído por ser considerado um caso excepcional, os valores da moda e da mediana não serão alterados.

112. A mediana dos valores cobrados é igual a R\$ 6 mil.

A respeito de banco de dados, julgue os itens.

113. Dados estruturados são organizados segundo um esquema rígido previamente definido, enquanto dados não estruturados não possuem modelo predefinido, sendo tipicamente armazenados em formatos como textos livres, imagens e vídeos.

114. Na fase de carregamento de um processo ETL (extract transform load), são realizadas a deduplicação e a validação dos dados.

115. Na metodologia CRISP-DM, a preparação dos dados serve para limpá-los, tratando valores ausentes, outliers e inconsistências.

Crimes Cibernéticos e Segurança Digital

Com base na Lei de Delitos Informáticos, julgue o item a seguir.

116. Configura-se como crime divulgar informações de forma não autorizada, obtidas por meio de invasão.

Considere que Joaquim é hacker e no mês passado invadiu o dispositivo informático de uso de Pedro, Presidente da Câmara da Cidade X, adulterando dados do balanço contábil da empresa que ele é administrador.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código Penal, julgue os próximos itens.

117. A conduta de Joaquim apenas configura crime se tiver provocado prejuízos econômicos.

118. Pedro tem 30 (trinta) dias para realizar o Boletim de Ocorrência, sob pena do reconhecimento da decadência da persecução penal.

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e segurança digital, julgue os itens a seguir.

119. A LGPD aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, inclusive quando efetuado em meios físicos, e não apenas nos meios digitais.

120. O conceito de Autenticação Multifator (MFA) diz respeito ao sistema que bloqueia, automaticamente, o acesso a sites não seguros.

Espaço livre

PROVA DISCURSIVA

- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta preta fabricada em material transparente**, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para auxílio no preenchimento/auxílio de leitura;
- A prova discursiva valerá **5,00 pontos** e consistirá da redação de texto dissertativo, de **até 30 linhas**, a respeito de tema relacionado a atualidades;
- A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero).

Leia, com atenção, o texto a seguir:

A letalidade resultante de intervenções policiais cresceu no Brasil e atingiu um total de 4.330 mortes em 2025 no total dos nove estados do país monitorados pela Rede de Observatórios de Segurança. Os dados foram divulgados na manhã desta quarta-feira (1º) e representam um aumento de 6,4% em relação ao ano anterior, que registrou 4.068 mortes, conforme a mesma instituição.

Segundo a pesquisa "Pele Alvo: entre racismo e letalidade, o amanhã", quatro estados atingiram os seus maiores patamares de mortes por policiais desde o início da série histórica do monitoramento, em 2019. Eles são: Maranhão (142), Ceará (200), Pará (632) e São Paulo (834).

São Paulo registrou o maior número de vítimas da série histórica, mesmo em um contexto de queda em indicadores criminais, como furtos e roubos. Em 2024, foram registradas 812 mortes. Em 2025, houve um aumento de 22 mortes em relação ao ano anterior. O estado acumula 4.774 vítimas em sete anos.

Já o Maranhão, apresentou o crescimento mais alarmante, com uma alta de 86,8% nas mortes em apenas um ano. Os números saíram de 76 mortes para 142 em 2025. No estado nordestino, o fenômeno é atribuído à interiorização de facções criminosas do Sudeste e à resposta estatal baseada no confronto, de acordo com o relatório.

Das mortes em que a raça foi identificada, 86,3% das vítimas eram negras. O Amazonas registrou a maior proporção de vítimas negras entre os estados monitorados, chegando a 96% dos mortos. Outros estados com índices altos de vítimas negras são Pernambuco (94,4%), Bahia (93,9%) e Pará (93,3%). [...]

Letalidade policial cresce no Brasil; quatro estados batem recorde.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Desafios para combater a violência policial no Brasil.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Texto Definitivo

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

EXEMPLO DE PREENCHIMENTO

As marcações das respostas descritas ao lado, relativas aos itens **X**, **Y** e **Z**, deverão ser feitas conforme a ilustração.

ITEM	RESPOSTA
X	☒ ☐ E
Y	☐ C ☒
Z	☒ ☐ E

– resposta à questão **X** = C

– resposta à questão **Y** = E

– resposta à questão **Z** = C

Preencha os **círculos** completamente e com nitidez, utilizando caneta esferográfica de **tinta preta**.

ITEM	RESPOSTA
1	☐ C ☐ E
2	☐ C ☐ E
3	☐ C ☐ E
4	☐ C ☐ E
5	☐ C ☐ E
6	☐ C ☐ E
7	☐ C ☐ E
8	☐ C ☐ E
9	☐ C ☐ E
10	☐ C ☐ E
11	☐ C ☐ E
12	☐ C ☐ E
13	☐ C ☐ E
14	☐ C ☐ E
15	☐ C ☐ E
16	☐ C ☐ E
17	☐ C ☐ E
18	☐ C ☐ E
19	☐ C ☐ E
20	☐ C ☐ E

ITEM	RESPOSTA
21	☐ C ☐ E
22	☐ C ☐ E
23	☐ C ☐ E
24	☐ C ☐ E
25	☐ C ☐ E
26	☐ C ☐ E
27	☐ C ☐ E
28	☐ C ☐ E
29	☐ C ☐ E
30	☐ C ☐ E
31	☐ C ☐ E
32	☐ C ☐ E
33	☐ C ☐ E
34	☐ C ☐ E
35	☐ C ☐ E
36	☐ C ☐ E
37	☐ C ☐ E
38	☐ C ☐ E
39	☐ C ☐ E
40	☐ C ☐ E

ITEM	RESPOSTA
41	☐ C ☐ E
42	☐ C ☐ E
43	☐ C ☐ E
44	☐ C ☐ E
45	☐ C ☐ E
46	☐ C ☐ E
47	☐ C ☐ E
48	☐ C ☐ E
49	☐ C ☐ E
50	☐ C ☐ E
51	☐ C ☐ E
52	☐ C ☐ E
53	☐ C ☐ E
54	☐ C ☐ E
55	☐ C ☐ E
56	☐ C ☐ E
57	☐ C ☐ E
58	☐ C ☐ E
59	☐ C ☐ E
60	☐ C ☐ E

ITEM	RESPOSTA
61	☐ C ☐ E
62	☐ C ☐ E
63	☐ C ☐ E
64	☐ C ☐ E
65	☐ C ☐ E
66	☐ C ☐ E
67	☐ C ☐ E
68	☐ C ☐ E
69	☐ C ☐ E
70	☐ C ☐ E
71	☐ C ☐ E
72	☐ C ☐ E
73	☐ C ☐ E
74	☐ C ☐ E
75	☐ C ☐ E
76	☐ C ☐ E
77	☐ C ☐ E
78	☐ C ☐ E
79	☐ C ☐ E
80	☐ C ☐ E

ITEM	RESPOSTA
81	☐ C ☐ E
82	☐ C ☐ E
83	☐ C ☐ E
84	☐ C ☐ E
85	☐ C ☐ E
86	☐ C ☐ E
87	☐ C ☐ E
88	☐ C ☐ E
89	☐ C ☐ E
90	☐ C ☐ E
91	☐ C ☐ E
92	☐ C ☐ E
93	☐ C ☐ E
94	☐ C ☐ E
95	☐ C ☐ E
96	☐ C ☐ E
97	☐ C ☐ E
98	☐ C ☐ E
99	☐ C ☐ E
100	☐ C ☐ E

ITEM	RESPOSTA
101	☐ C ☐ E
102	☐ C ☐ E
103	☐ C ☐ E
104	☐ C ☐ E
105	☐ C ☐ E
106	☐ C ☐ E
107	☐ C ☐ E
108	☐ C ☐ E
109	☐ C ☐ E
110	☐ C ☐ E
111	☐ C ☐ E
112	☐ C ☐ E
113	☐ C ☐ E
114	☐ C ☐ E
115	☐ C ☐ E
116	☐ C ☐ E
117	☐ C ☐ E
118	☐ C ☐ E
119	☐ C ☐ E
120	☐ C ☐ E

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Civil de Alagoas

NÍVEL SUPERIOR

Agente de Polícia Civil / Escrivão de Polícia Civil																			
001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011	012	013	014	015	016	017	018	019	020
E	E	E	C	C	C	E	C	E	C	C	C	C	E	C	C	C	E	C	C
021	022	023	024	025	026	027	028	029	030	031	032	033	034	035	036	037	038	039	040
C	C	E	E	E	C	E	C	E	C	E	E	E	C	C	C	E	E	E	C
041	042	043	044	045	046	047	048	049	050	051	052	053	054	055	056	057	058	059	060
C	E	C	E	C	C	C	E	C	E	E	C	C	C	E	C	E	C	E	C
061	062	063	064	065	066	067	068	069	070	071	072	073	074	075	076	077	078	079	080
C	E	C	C	E	C	E	E	E	C	E	E	C	E	E	E	C	C	E	C
081	082	083	084	085	086	087	088	089	090	091	092	093	094	095	096	097	098	099	100
E	C	E	C	E	E	C	E	E	C	E	C	C	C	E	E	E	C	E	E
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
C	C	C	E	C	E	E	C	C	C	C	E	C	E	C	C	E	E	C	E

Modelo de Redação

A violência policial no Brasil é um fenômeno enraizado em um passado autoritário, que se estende desde o período colonial até a ditadura militar. A persistência desse problema reflete não apenas uma herança histórica, mas também a necessidade de reformas estruturais na segurança pública. Essa herança histórica moldou, de certa forma, a cultura e as práticas de muitas instituições policiais, resultando em episódios recorrentes de violência, especialmente contra populações marginalizadas.

A democratização do país na década de 1980 trouxe esperança de reformas na segurança pública. No entanto, os avanços têm sido lentos e insuficientes para romper com o legado autoritário. A violência policial continua sendo uma realidade perturbadora, muitas vezes exacerbada por condições de trabalho precárias, falta de treinamento adequado e uma legislação punitiva.

Para enfrentar esse problema de maneira eficaz, é imperativo adotar uma abordagem multifacetada. Primeiramente, é crucial investir na formação e na educação continuada dos profissionais de segurança, promovendo uma cultura de respeito aos direitos humanos e práticas de policiamento comunitário. Além disso, a transparência e a responsabilização devem ser pilares na gestão das forças policiais, com a implementação de mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação.

Desta feita, é necessário também promover uma revisão legislativa que favoreça a justiça social e a inclusão, ao invés de perpetuar a criminalização da pobreza e a marginalização. A integração de políticas públicas que visem a redução das desigualdades sociais e a promoção de oportunidades é fundamental para atacar as raízes da violência e da insegurança.